



TRAJETÓRIA SOCIOESPACIAL DOS/DAS ESTUDANTES COTISTAS QUILOMBOLAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – CAMPUS DE ARAGUAÍNA

Marcos Pereira Neto¹

Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Programa de Pós-graduação em Geografia, Goiânia, Goiás, Brasil.

Kênia Gonçalves Costa²

Universidade Federal do Norte do Tocantins, Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território, Araguaína, Tocantins, Brasil.

Resumo: O presente trabalho tem o intuito de entender como se dá o ingresso e a permanência dos estudantes quilombolas no caminho universitário. A partir disso, cartografamos as trajetórias desses interlocutores para entendermos os lugares até a chegada na universidade. A pesquisa se dá por meio de análises de dados institucionais e de entrevistas com estudantes, para assim termos um apanhado de como se realizou as suas trajetórias, gerando vivências a partir da universidade compreendendo as afetividades com o lugar a partir da definição de Tuan (1980). Trazemos uma cartografia das trajetórias dos/das estudantes, traçando um plano de onde saíram e em que circunstâncias, por onde percorreram em suas vivências para chegarem, permanecerem e saírem da universidade. Essas trajetórias nos mostraram que os/as estudantes quilombolas já enfrentam dificuldades no acesso à universidade no processo seletivo, e posteriormente em sua permanência.

Palavras-chave: Trajetórias socioespaciais; Estudantes quilombolas; UFT; Araguaína-TO.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia no Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) (2021), graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) (2018). Tem interesses na área de Geografia, com ênfase em mobilidade, deslocamentos, Relações Étnico-raciais, atuando principalmente nos seguintes temas: Trajetórias Socioespaciais, Estudantes Quilombolas, Quilombos, Bandeiras Verdes, Romeiros, e Norte do Estado do Tocantins. E-mail: marcos.neto@discente.ufg.br ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5430-1787>

² Está Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). É doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2014), onde também se titulou mestra em Geografia (2005), licenciada em Geografia (2007) e Bacharela em Geografia (2002). Desde 2014 estou vinculada ao Colegiado de Licenciatura em Geografia da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Araguaína. Desde 2017 também estou vinculada como docente/orientadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPPGCult). Tenho experiência na área de Interdisciplinaridades, com ênfase em Geografia, atuando nos seguintes temas: ensino, formação de professores, cartografia, aprendizagens criativas, educação indígena, quilombola, etnias, cultura, identidades e territórios. E-mail: keniacost@uft.edu.br ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5042-3472>

SOCIO-SPATIAL TRAJECTORY OF QUILOMBOLA QUOTA STUDENTS AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF TOCANTINS – ARAGUAÍNA CAMPUS

Abstract: The present work aims to understand how the entry and permanence of quilombola students on the university path takes place. From this, we mapped these interlocutors as trajectories in order to understand the places until their arrival at the university. The research takes place through the analysis of institutional data and identification with these students, so that we can have an overview of how their trajectories were carried out, generating experiences from the university, understanding as affectivities with the place based on Tuan's definition (1980). We bring a cartography of the students' trajectories, tracing a plan of where they left and under what circumstances, where they traveled in their experiences to arrive, stay and leave the university. These trajectories showed us that quilombola students already face difficulties in accessing the university in the selection process, and later in their permanence.

Keywords: Socio-spatial trajectories; Quilombola students; UFT; Araguaína-TO.

TRAYECTORIA SOCIOESPACIAL DE LOS ESTUDIANTES DE LA CUOTA QUILOMBOLA DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE TOCANTINS - CAMPUS ARAGUAÍNA

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo comprender cómo los estudiantes quilombolas entran y permanecen en la trayectoria universitaria. A partir de esto, mapeamos las trayectorias de estos interlocutores para comprender los lugares hasta su llegada a la universidad. La investigación se realiza a través del análisis de datos institucionales y entrevistas a estos estudiantes, para que podamos tener una visión general de cómo se llevaron a cabo sus trayectorias, generando experiencias desde la universidad, entendiendo los afectos con el lugar desde la definición de Tuan (1980). Traemos una cartografía de las trayectorias de los estudiantes, trazando un plano de dónde se fueron y en qué circunstancias, dónde viajaron en sus experiencias para llegar, quedarse y salir de la universidad. Estas trayectorias nos mostraron que los estudiantes quilombolas ya enfrentan dificultades para acceder a la universidad en el proceso de selección y posteriormente en su permanencia.

Palabras-clave: Trayectorias socioespaciales; Estudiantes quilombolas; UFT; Araguaína-TO.

TRAJECTOIRE SOCIO-SPATIALE DES ÉTUDIANTS DU QUOTA QUILOMBOLA À L'UNIVERSITÉ FÉDÉRALE DU TOCANTINS – CAMPUS ARAGUAÍNA

Resumé : Ce travail vise à comprendre comment les étudiants quilombolas entrent et restent dans le parcours universitaire. A partir de cela, nous avons cartographié les trajectoires de ces interlocuteurs afin de comprendre les lieux jusqu'à leur arrivée à l'université. La recherche se déroule à travers l'analyse de données institutionnelles et des entretiens avec ces étudiants, afin que nous puissions avoir un aperçu de la façon dont leurs trajectoires ont été réalisées, générer des expériences de l'université, comprendre les affections avec le lieu à partir de la définition de Tuan (1980). Nous apportons une cartographie des trajectoires des étudiants, traçant un plan d'où ils sont partis et dans quelles circonstances, où ils ont voyagé dans leurs expériences pour arriver, rester et quitter l'université. Ces trajectoires nous ont montré que les étudiants quilombolas rencontrent déjà des difficultés d'accès à l'université dans le processus de sélection, et plus tard dans leur permanence.

Mots-clés : Trajectoires socio-spatiales; Étudiants quilombola; UFT; Araguaína-TO.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou compreender a trajetória socioespacial dos/das estudantes quilombolas da UFT, campus de Araguaína, que ingressaram por meio do sistema de cotas raciais em 2016 e 2017. Buscamos, assim, identificar aspectos voltados às suas trajetórias e refletir sobre o ingresso, permanência e as espacialidades desse grupo estudantil no âmbito acadêmico, permitindo contribuir para uma discussão das relações étnico-raciais e as ações afirmativas na universidade pública.

A cidade de Araguaína tem um grande reconhecimento no norte do estado do Tocantins quando se trata de ensino superior. Desde 1985 a cidade conta com instituições que garantam essa modalidade de ensino e é nesse mesmo ano que se iniciam os trabalhos da Faculdade de Educação Ciências e Letras de Araguaína (FACILA). Em 1991 a FACILA é transformada em Universidade do Tocantins (UNITINS), que doze anos depois passa a ser Universidade Federal do Tocantins (UFT), em 2003, com sede da Reitoria na capital, Palmas (GASPAR, 2013). Araguaína passa a integrar seus campi com total autonomia científica, distribuídos por 12 cursos na unidade Cimba e 2 cursos na unidade Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia (EMVZ), contando, ainda, com 8 programas de pós-graduação em mestrado e doutorado *stricto sensu* (UFT, 2015).

Com esse serviço de ensino superior, Araguaína passa a ser uma cidade polo para a região, formando uma rede hierárquica e abrangendo um maior número de usuários de serviços educacionais, fazendo de Araguaína “[...] uma cidade polarizadora, exercendo influência num raio para além de suas fronteiras políticas, alcançando, especificamente, o norte do Tocantins, o sudeste do Pará e o sul do Maranhão” (GASPAR, 2013).

As políticas de Ações Afirmativas nas universidades públicas são de grande valia nas conquistas daqueles que sempre foram discriminados mesmo depois da falsa abolição. As cotas é um meio para dispor, melhores oportunidades aos negros de entrarem em uma universidade pública, local antes impensável a estes brasileiros (MENDES; LIMA, 2016). Nessa perspectiva, em 2013 o Conselho Universitário (CONSUNI) da UFT aprovou reserva de cotas para estudantes quilombolas em processos seletivos do curso de graduação e a normativa passou a valer a partir do processo seletivo de 2014 (UFT, 2016).

E esse é o momento de se discutir as questões de trajetórias, as relações étnico-raciais e a inclusão de negros e negras na Universidade Pública. A Universidade, principalmente a pública, se tornou um dos principais espaços dinamizadores dos embates políticos e teóricos acerca das discussões da inserção de negros e negras nesses espaços.

Nosso objetivo geral é mapear as trajetórias socioespaciais dos/das estudantes Quilombolas da UFT no Campus de Araguaína e assim entender parte de suas histórias de vida voltadas ao espaço social, tendo como lugar a universidade.

A pesquisa constituiu-se a partir da revisão bibliográfica sobre o conceito de lugar e território, quilombos, ações afirmativas nas universidades públicas e trajetórias socioespaciais, com um recorte espacial na Universidade Federal do Tocantins. Foi feita uma abordagem quali-quantitativa, fundamentado nos trabalhos de História Oral (MEIHY; RIBEIRO, 2011), os espaços vividos em Tuan (1983), sobre a temática étnico-racial em Ratts (2006) trajetórias com base em Cirqueira (2008; 2010), e território em Haesbaert (2007, 2016).

O levantamento quantitativo dos dados desses/dessas estudantes quilombolas foi feito em conjunto com a secretaria acadêmica do campus (UFT/PROGRAD, 2017) e as comunidades quilombolas do norte do estado do Tocantins junto à base de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, permitiu uma primeira aproximação com o objeto em pesquisa.

CONCEITOS E ESSENCIALIDADES DA PESQUISA

Para a análise proposta no referido trabalho, utilizamos as categorias lugar e território. Buscamos fazer uma discussão, e não uma definição de forma cristalizada, denotando os pontos de vistas das categorias abordadas. Trazemos Lugar como uma aproximação com algo nosso, alguma coisa que traga conforto, ou o contrário, algo familiar, está próximo dos nossos sentimentos mais profundos que veem do nosso inconsciente, e assim Tuan (1983, p. 83) nos descreve de forma sucinta que “quando o espaço nos é familiar, torna-se lugar [...]”. Ou seja, o lugar pode ser qualquer universo do espaço geográfico, o que o define são os sentimentos, as relações de afetividades que são empregadas sobre ele por diferentes interlocutores os mesmos se transforma assim na medida em que obtém uma definição e aceção (TUAN, 1983).

O lugar é marcado pelo espaço social-geográfico e pelo nosso próprio ser, e por tratar-se de algo sentimental é marcado pelo profundo, não existe um meio gostar, está ligado até o inconsciente, são as circunstâncias que vão gerar esses sentimentos, por isso Tuan (1983, p.

151) nos diz que “[...] as experiências íntimas jazem enterradas no mais profundo do nosso ser [...]”. Essas experiências e esses lugares são onde se encontram carinho, e onde as necessidades fundamentais são levadas em consideração e que merecem atenção (TUAN, 1983).

Em território abordamos uma concepção de que só há território se houver relações de poder (SOUZA, 2015). Haesbaert, traz várias noções de território:

[...], agrupamos estas concepções em três vertentes básicas: política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas); cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural; econômica (muitas vezes economicista) (HAESBAERT, 2016 p.40).

Aproximando isso a Haesbaert (2007), numa vertente política e simbólico-cultural, território pode então num sentido explícito tem a ver com poder de dominação, e num sentido implícito tem a ver com a apropriação simbólica.

Numa aproximação mais profunda, os territórios estão no cerne da discussão das relações sociais notabilizadas no espaço do que os próprios espaços concretos, como assim define Souza (2015 p. 96) “[...] o território, então, como sendo relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial [...]”.

Passados por essas explanações, veremos adiante uma aproximação com o quilombo, e como se gera essa relação de familiaridade com os espaços no viés do lugar e como é exercido o poder do território acadêmico e das comunidades.

PERCURSOS DO QUILOMBO AS AÇÕES AFIRMATIVAS

A palavra quilombo é originária da língua banto umbundo, falada pelo povo ovimbundo, que se refere a uma espécie de entidade sociopolítica militar conhecida na África Central, especialmente na região da atual República Democrática do Congo e Angola (MUNANGA, 1996; RATTS, 2006).

Existem muitas correlações entre o quilombo africano e o quilombo brasileiro, que foram formados mais ou menos à mesma época. Kabengele Munanga (1996, p. 60) evidencia essas semelhanças, retratando-se especialmente no caso do Quilombo dos Palmares:

Pelo conteúdo, o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano, reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos (MUNANGA, 1996, p. 60).

Na estrada da tentativa de definição do termo quilombo, alguns autores são bem homogêneos, mas é interessante acessarmos como se é colocado esse termo no sensu comum, onde Alex Ratts (2006, p. 311) coloca que quilombo nesse sensu comum nada mais é que “[...] reduto de negros escravos fugitivos [...]”, conceito este utilizado por muitos anos desde a disseminação dos quilombos pelo território colonial brasileiro.

Aida Freudenthal (1997, p. 110-111) coloca que o conceito de quilombo enquanto “[...] grupo de escravos fugidos e local onde eles se instalavam [...]”, mas a autora também se preocupa para o fenômeno do quilombo enquanto “[...] espaço livre inventado pelos seus fundadores, representou a recusa da escravidão e constituiu, por isso, uma subversão, ainda que limitada, da ordem colonial [...]” (FREUDENTHAL, 1997, p. 129).

Levando em consideração de que se tratava de uma subversão, Reis e Gomes colocam que “Onde houve escravidão houve resistência” (1996, p. 09), a partir desta assertiva, Alex Ratts completa “[...] é possível se dizer que onde houve escravidão de africanos e seus descendentes houve a formação de quilombos” (RATTS, 2006, p. 311) essa resistência refere-se à ordem escravocrata, o quilombo é uma forma do negro resistir na luta contra a escravidão. A historiadora Beatriz Nascimento nos traz uma contribuição nessa definição:

O quilombola típico, se assim pode dizer, não fugia apenas dos maus tratos e da escravidão. Um homem em condições físicas e psíquicas normais, embora vivendo sob um sistema de instituição vigorosamente opressora, poderia voluntariamente imaginar para si instituições mais de acordo com as suas potencialidades e aptidões, o que era impossível de realizar dentro da ordem social escravocrata. O quilombo não foi o reduto de negros fugidos: foi a sociedade alternativa que o negro criou (2018, p. 101).

Nascimento traz à tona toda uma concepção de quilombo contrária ao do Conselho Ultramarino. A autora reelabora a definição corrente como apenas o local de escravos fugidos, e (re)faz a noção de trazendo um sentido voltado para a questão da negritude.

À terra, o território, não apenas significa espaço, uma dimensão física, mas sim, um espaço que contém vivências, uma experiência do seu povo, que tem registro na história, assim define o grupo humano, pois o mesmo necessita de um espaço de ocupação que justifica sua localização.

Esse espaço não significa único, outros espaços podem ser conquistados, principalmente os espaços públicos, e para os/as jovens quilombolas que sonham em ingressar em um curso de ensino superior, têm-se as Ações Afirmativas como forma de sutura das feridas de seus antepassados escravos.



Em relação às ações afirmativas, Leandro Vaz, (2012 p. 53) nos traz uma abordagem na qual o mesmo define que “as ações afirmativas, sejam vinculadas a questões socioeconômicas ou as relações étnico-raciais, tem como objetivo remediar danos historicamente ocasionados a determinadas classes ou grupos étnicos-raciais [...]”.

Ação afirmativa, segundo Guimarães (1997, p. 233) consiste em “[...] promover privilégios de acesso a meios fundamentais – educação e emprego, principalmente – as minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam deles excluídos, total ou parcialmente [...]”. A ação afirmativa está associada a sociedades democráticas que tem como princípio da igualdade e o mérito individual. Elas surgem como aprimoramento de uma sociedade desigual tentando justificar e equiparar essas disparidades e restituir tal igualdade, tendo assim um caráter temporário (MOEHLECKE, 2000).

Hélio Santos associa à ação afirmativa as políticas indenizatórias, notadamente as “[...] destinadas a equipar pessoas ou grupos historicamente prejudicados em virtude de discriminação sofrida [...] (SANTOS, 1997, p. 212)”. O autor ainda aponta que “[...] o próprio conceito de ação afirmativa exige a certeza de que tenha ocorrido discriminação passada e presente, para que sejam elaborados caminhos que levem a uma compensação efetiva da perda ocorrida [...]” (SANTOS; 1997, p. 213). Desta forma Moehlecke apresenta sua reflexão acerca da temática:

[...] existem três ideias por trás da ação afirmativa. Uma primeira seria a necessidade de combater sistematicamente a discriminação existente em certos espaços na sociedade; com a segunda, teríamos o desejo de integração e busca da diversidade envolvendo os diversos grupos sociais; e por fim, a que identifica o objetivo de redução da desigualdade que atinge certos grupos, como aquela marcada pela raça ou gênero (MOEHLECKE, 2000 p. 18-19).

As ações afirmativas foram implantadas, para redistribuir as vagas nas universidades públicas, que é capaz de garantir uma qualidade e melhorar o status social de uma classe, e de promover uma compensação às classes minoritárias que sofreram por conta das altas hierarquias brasileiras do período colonial.

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Universidade Federal do Tocantins, é sucinta e objetiva no que diz respeito às relações étnico-raciais no ensino superior. Admite a universidade ser um campo/território de diversidades e por esse motivo é necessário atender todos os meios de ingresso e permanência por meio da equidade de oportunidades, afirma ainda que “[...] é importante ter clareza que diferença não é sinônimo de desigualdade, mas sim de respeito aos diferentes modos de existir [...]” (UFT, 2015, p. 49). Neste sentido



conclui que é papel da instituição, por meio das ações afirmativas, não é garantir somente o acesso, mas também a permanência de seus estudantes até o término da graduação (UFT, 2015).

E com todo esse aparato das territorialidades, o acolimento dos lugares e o seguro das políticas de ações afirmativas, nos restam a adentrar nos caminhos, rastros elaborados cartograficamente pela mente, uma cartografia de uma trajetória socioespacial dotada de significados para esses/essas estudantes.

TRAJETÓRIA(S) SOCIOESPACIAL(IS)

Pensamos que para entendermos o mundo dos indivíduos é preciso acendermos a luz sobre suas trajetórias de vida, uma vez que, interagir na história da vida de um indivíduo, é preciso nos atentarmos aos espaços por eles utilizados e produzidos, uma vez que ele, o espaço se faz presente na formação e influência na sociedade.

Perpassando pelas tentativas de delinear o lugar, as trajetórias socioespaciais que possuem dimensões no espaço e no tempo, pois se presume que os indivíduos atravessam um conjunto de lugares no decorrer de suas vidas, nos quais são “[...] experienciados, significados, interpretados e construídos [...]” (CIRQUEIRA, 2008, p. 21).

As trajetórias socioespaciais podem ser consideradas como “[...] um “percurso” que o indivíduo perfaz durante sua vida, em que há uma relação mútua entre indivíduo e coletividade [...]” (CIRQUEIRA, 2010, p. 42). Para tanto, entendemos a vida de cada indivíduo como um percurso, um caminho, sua trajetória, que são dotados de significados com os lugares, e que contém uma sucessão de acontecimentos, esses percursos sobre o espaço são suas trajetórias socioespaciais.

[...] a trajetória de uma vida também é conformada pelo espaço. Isso pressupõe que os indivíduos perpassem por um repertório de lugares no decorrer de suas vidas, os quais, como dito anteriormente, são experienciados, significados e interpretados. O espaço, em uma relação de reciprocidade, influencia os indivíduos (CIRQUEIRA, 2010, p. 43).

Tendo como características das trajetórias como um percurso dos lugares, a sua relação com o espaço pode ser delineada a partir do raciocínio de Cirqueira (2010) onde o espaço, da mesma forma que a sociedade, influencia as trajetórias, assim essas trajetórias possuem uma dimensão socioespacial.

Em linhas gerais, trajetórias socioespaciais envolve a história de vida dos indivíduos, suas experiências dentro de uma temporalidade e uma espacialidade que não possuem



uma constituição linear ou contínua. A importância da espacialidade se faz na medida em que as experiências não se dão do nada e, muitas vezes, os lugares demarcam momentos e limites dessas trajetórias, firmando-se como referências experiências simbólicas e materiais para o indivíduo. Como bem indica Tuan (1983 p.94) [o autor usa esta citação para melhor explicar a categoria lugar – grifo nosso], “sagrado e enraizado, o lugar permanece no íntimo das pessoas ainda que metamorfoseado ou devastado [em sua materialidade]” (CIRQUEIRA, 2010, p. 43-44).

Para alcançarmos as trajetórias socioespaciais dos indivíduos devemos estabelecer os campos sucessivos dentro dos quais se desenvolvem os lugares, as experiências, quais os indivíduos constroem e utilizam, unindo um ator social a outros cujas vivências se desenrolam no mesmo estado e no mesmo conjunto de probabilidades. (CIRQUEIRA, 2010).

Com as narrativas dessas trajetórias socioespaciais faremos uma significação espacial das trajetórias dos/das estudantes quilombolas da UFT, entendendo como esses lugares foram experienciados, interpretados e construídos resultando em uma cartografia das trajetórias.

NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS DOS ESTUDANTES QUILOMBOLAS

Pensar as trajetórias socioespaciais de estudantes quilombolas é pensar em suas caminhadas ao longo da vida, e a caminhada aqui que nos interessa é aquela que se refere ao ensino superior e ao reflexo da educação básica sobre ele. As trajetórias são marcos, pontos de referência sobre os planos cartográficos, marcos que apontam os lugares, lugares esses que se manifestam nas narrativas e nas suas experiências em relação ao espaço geográfico.

Essas experiências são retratadas nas entrevistas, nas falas desses interlocutores e interlocutoras, que demonstram sua posição frente ao seu lugar dentro da universidade, e (re)fazem suas trajetórias de luta e resistência de sua chegada e permanência até aqui. Eles demonstram tamanha coragem e garra, pois são dois grandes muros a serem escalados, o primeiro o próprio fato de serem pobres que vieram de escola pública na tentativa de ingressar na universidade pública e o segundo, o fato de sofrerem discriminação e repressão por serem quilombolas.

E é nessa perspectiva, que trabalhamos aspectos voltados à questão fundiária nas comunidades que esses estudantes pertencem, pois, identificamos que as condições territoriais de cada comunidade podem influenciar nas formas de tomadas de decisão de seus componentes, e que eles possam ter diferentes concepções geográficas acerca do mesmo.

Em sua totalidade as comunidades são reconhecidas a partir do decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, que:



Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2003, p. 01).

Em sua maioria, essas comunidades reconhecidas, não desfrutam de um território demarcado, mesmo este sendo um requisito do decreto supracitado, como afirma a entrevistada A:

Não temos o território demarcado, ainda está em processo no INCRA, são 6 etapas ao todo, e apenas 2 foram concluídas, que foram os relatórios antropológico e o relatório econômico, faltam os demais, para depois passar todos os processos no INCRA serem corrigidos e se estiver tudo correto posteriormente divulgado no diário oficial e assim haver a demarcação da área. A comunidade é reconhecida, mas nós não temos o TERRITÓRIO reconhecido ainda (ENTREVISTADA A).

É observável que os acadêmicos e as acadêmicas estão na empreitada e engajados/as nos processos e lutas que tentam por motivos de lei e respeito a conquista de seus territórios, que em sua maioria, foram perdidos por motivos de ausência documental, mesmo estes moradores estando nesses espaços a décadas, ou por até falsificação de documentos das glebas.

É notório a importância da educação básica refletida no ensino superior, e a forma de como se deu as trajetórias de cada um na educação básica, pois, é nela que se forma a identidade estudantil, e essa identidade é espelhada pela sua qualidade curricular e estrutural. Os quilombolas, em sua totalidade, vieram de uma realidade educacional pública, sucateada, que o sistema não ampara suas necessidades, uma realidade nacional, porém agravada quando se trata de interiores de grandes centros urbanos.

Como a maioria das pessoas em escola pública, minha educação básica foi defasada, tínhamos o mínimo de estrutura e conteúdo, e como a escola é uma escola da cidade, e não específica de um quilombo, não se trabalha a questão da comunidade quilombola, somente em pontos específicos como o 20 de novembro (ENTREVISTADO C).

A entrevista ressalta um ponto importante, o ensino quilombola e o ensino comum. Como regulamenta a resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012, onde se define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (BRASIL, 2012), aponta o fato de sua comunidade ser urbana, e de não conter uma escola específica para a comunidade quilombola, deixando assim os estudantes remanescentes sem a educação necessária em relação as suas culturas e crenças.

Apontarmos as trajetórias na educação básica, como sendo necessária para entendermos o acesso ao ensino superior, esse é um ponto de ruptura e, ao mesmo tempo uma

sutura na linha das trajetórias da educação desses acadêmicos, é a partir dela que o alunado vai enfrentar de diferentes formas as dificuldades no acesso ao ensino superior.

A uma diferença entre a educação básica e o ensino superior, na faculdade os professores cobram o mínimo da educação básica, mas na educação básica você não recebe o mínimo, recebe é o mínimo do mínimo do mínimo. Então quando você chega lá, você não tem a mesma instrução que um aluno de determinada escola de Araguaína que teve acesso à internet, que tem acesso a biblioteca, na escola nós temos a biblioteca mas temos poucos livros, na cidade não temos nem cyber, então quando cheguei na universidade eu fiquei desorientada, procurando motivos para ficar, porque era muita coisa, era todos aqueles padrões, no sentido da leitura que você tem que ter diferente, da escrita diferente, ai eu fiquei meio perdida, mas estou ai continuando. Então somente na faculdade, na disciplina de metodologia da pesquisa, no primeiro período, que tive acesso pela segunda vez num computador, então como um aluno que, na educação básica não teve acesso a um computador vai conseguir acessar o site do ENEM, do SISU e entrar na universidade, como ele vai entender que cota ele vai utilizar. Quando vim fazer minha matricula eu fiquei muito perdida, porque quando eu cheguei lá tinha cotas, mas eu não sabia como funcionavam as cotas, e acabei me inscrevendo nas cotas de preto/pardo, escola pública, baixa renda, só que essa não era quilombola, então eu não sou matriculada como aluna quilombola, mas não porque eu não quis, era porque eu não sabia, mas eu entrei. Não tenho vergonha de dizer eu entrei por cotas (ENTREVISTADA B).

A entrevistada demonstra sua dificuldade no acesso, principalmente no que tange aos meios de ingresso, que são parcialmente eletrônicos, por ter recebido uma educação básica inferior, sem acesso a computadores e internet, a mesma relata uma dificuldade muitas vezes enfrentada por todos, a barreira tecnológica entra e a enfrenta de modo a derrubá-la. Como uma característica de remanescente de escravos, eles resistem, e enfrentam e mesmo com as dificuldades colocam-nas como suporte, suporte de acesso à escalada dessa montanha que é o ensino superior.

As trajetórias espaciais até a chegada na universidade variam de acadêmico a acadêmico, alguns terminaram o ensino médio e nem pensavam e fazer um curso superior, outros já engrenaram diretamente, alguns mudaram de cidade e depois voltaram e ingressaram na universidade, uns fizeram o ENEM por curiosidade e conseguiram adentrar o meio acadêmico, alguns, no começo não gostavam de seus cursos, mas começaram a amá-los por parte de algumas disciplinas e visam especialidades em cada área, ou seja, os caminhos e os marcos no plano das trajetórias planisféricas mentais até a universidade é algo inerente a cada um dos/das estudantes quilombolas.

Na universidade, os/as quilombolas recebem um auxílio prestado pelo Ministério da Educação que tem como linhas gerais “[...] concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade

socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas (BRASIL, 2013). A entrevistada E, faz sua colocação a respeito do auxílio permanência para estudantes quilombolas:

Bolsa permanência quilombola, é um processo um pouco demorado, porque tem toda a avaliação da documentação, a bolsa é um auxílio, nós a recebemos para nos mantermos na universidade, tem muitos estudantes que precisam se mudar para estudar, aí tem que pagar aluguel, comer, tirar xerox, água, energia, então esse dinheiro acaba que nem dá (ENTREVISTADA E).

Os acadêmicos e acadêmicas demonstram uma vivência saudável para com o espaço universitário, revelam gostar de estar nele, sentem-se bem, é agradável, o ensino faz com que se sintam bem.

Ao perguntarmos quais espaços são mais vivenciados e agradáveis dentro do campus da universidade as respostas foram bem compatíveis, as salas de aula, a lanchonete, os laboratórios de seus respectivos cursos, a biblioteca, como coloca a entrevistada A “[...] Eu gosto muito das salas de aula, eu gosto das aulas do curso de história, gosto da biblioteca também por causa do silêncio, dá para estudar, ler, e do espaço de convivência onde nós nos reunimos com o pessoal, eu acho muito legal lá [...]”.

Chegando num ponto um tanto mais complicado e íntimo, conversamos sobre repressão e/ou preconceito no âmbito universitário, as respostas foram unânimes de que não enfrentam repressão, mas enfrentam muito preconceito, muitas vezes, são surpreendidos/as, pois, quando revelam suas ancestralidades e afirmam serem quilombolas recebem olhares e comentários indesejáveis. “Uma certa vez, ouvi de uma colega de turma ‘como assim você é quilombola, você nem é tão negra assim’” (ENTREVISTADA D).

Na maioria das vezes os opressores se surpreendem, pois, pensam eles os quilombolas a imagem e semelhança do negro no Brasil do século XVII.

Eu evito lembrar na minha sala que sou quilombola, não gosta de ficar sendo taxada de aproveitadora por receber auxílio, e de que eu entrei por cotas por sou incapaz, isso me machuca por dentro, me faz as vezes pensar em desistir (ENTREVISTADA E).

Os preconceitos implícitos são aqueles que são escondidos, e eles mexem nas feridas mais escondidas, nas feridas da alma, do sofrimento que é cursar um ensino superior em uma universidade federal.

Não me senti reprimida, mas sim preconceito, dentro da universidade eu já sofri preconceito, não por causa da minha cor, porque, por exemplo, eu me considero negra, eu sou negra, mas o meu tom de pele é mais claro que o da minha mãe, minha mãe sim sofre preconceito por causa de sua cor, mas eu já sofri preconceito por ser quilombola,

já me falaram que nós não tínhamos capacidade, que nós não devíamos está na universidade (ENTREVISTADA A).

O fato de preconceito pelo contexto quilombola é fato dentro principalmente da sala de aula, um lugar plural, onde as junções de culturas deveriam se dar a modo de aprendizagem, aprender a partir do conhecimento do outro é prazeroso, mas é observável que há sim nesses espaços desrespeito e ignorância em relação às culturas afrodescendentes.

É notório nas narrativas dessas alunas que a universidade é o lugar delas/es, um lugar no sentido topofílico da afetividade, eles a vivenciam intensamente, todos os dias, demonstram suas lutas e que vão continuar a lutar, pois, esta é apenas uma batalha, e que a guerra da vida real pode sim ser vencida, ainda mais por elas/eles que já resistiram a escravidão.

AS TRAJETÓRIAS ATÉ A CHEGADA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

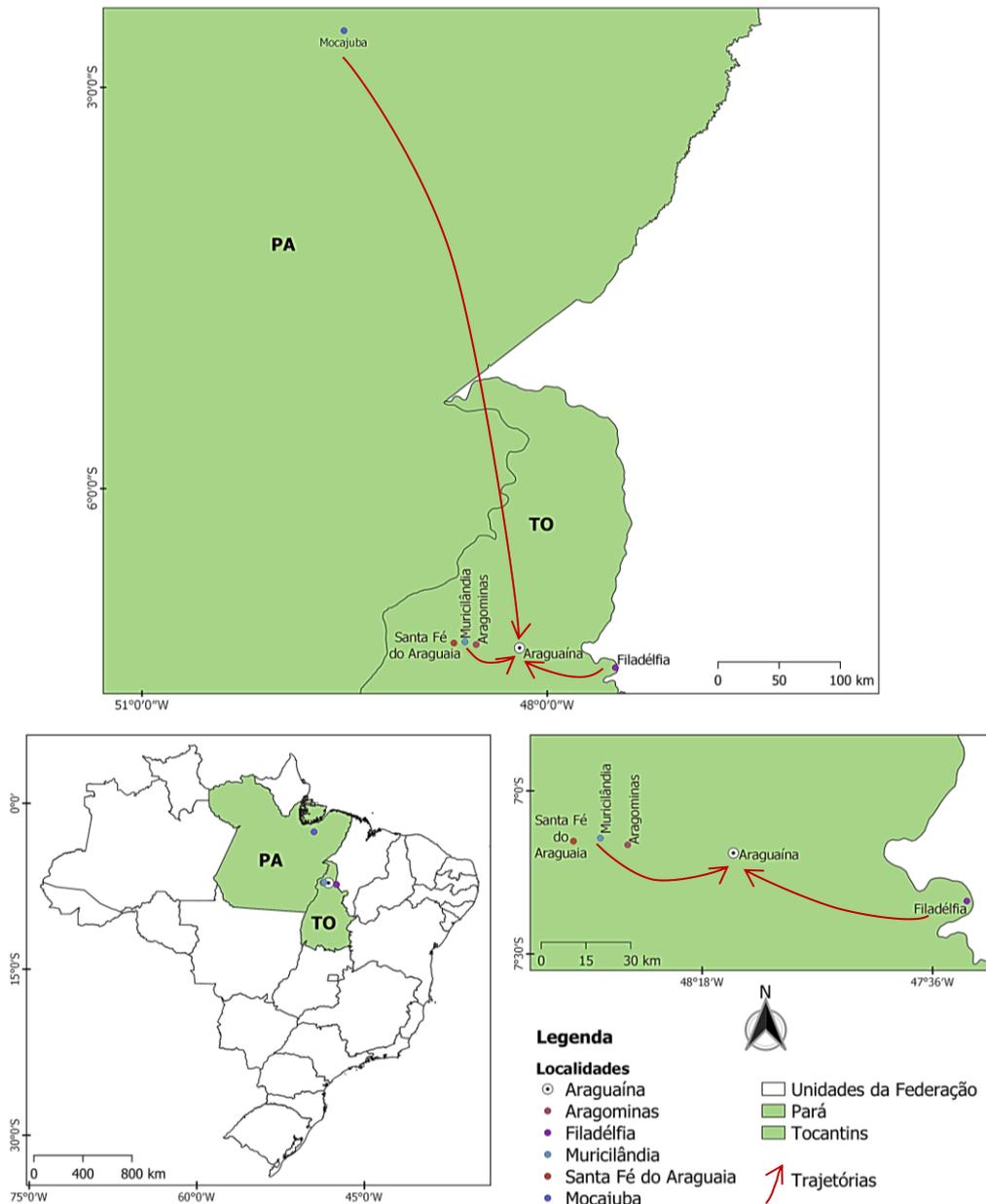
Cartografar trajetórias é como desenhar no espaço as falas dos interlocutores, é fazer um mapa mental a partir da caminhada do outro. Traçar trajetórias dos estudantes quilombolas da Universidade Federal do Tocantins é colocar num plano, diversas histórias, origens, medos, conquistas, dos antepassados, dos presentes e dos futuros, homens e mulheres que corajosamente lutaram, lutam e lutarão por uma equidade nas relações étnicas perante a sociedade.

Os caminhos desses/as estudantes, podem parecer, às vezes, curtos, às vezes, eles podem parecer fáceis, mas não é somente uma barreira espacial, existe uma barreira social a ser quebrada, escala das mais diversas formas para que se possa ingressar numa universidade pública. Negros/as, pobres, do interior e quilombolas são adjetivos que não favorecem em nenhum momento a entrada num curso de ensino superior neste país, por esse motivo, essas trajetórias socioespaciais retratam uma batalha que deve ser ganha todos os dias.

No mapa 01, tratamos as narrativas de modo cartográfico as trajetórias até a universidade, o mesmo mostra as origens de onde são oriundos os interlocutores entrevistados. Na sua quase unanimidade, os quilombos estão nas proximidades de Araguaína, Grotão em Filadélfia à 108 km de distância de Araguaína, Dona Juscelina em Muriçilândia à 62 km de distância, Baviera e Pé do Morro em Aragominas à 42 km e Santa Fé do Araguaia a 74 km do campus de Araguaína – TO, e a única comunidade fora do estado do Tocantins, no município de Mocajuba – PA à 696 km de Araguaína – TO.

Essas trajetórias, trazem consigo as marcas culturais de cada um/a, os costumes e crenças, que se chocam com outras ao adentrar o território compartilhado da universidade, por esse motivo essas trajetórias podem ser marcadas de carga simbólica que indicam os lugares por onde os interlocutores perpassam.

Mapa 1: Trajetórias socioespaciais dos estudantes quilombolas da UFT campus Araguaína.



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: PEREIRA NETO, M. A. 2018.

Exceto o estudante de Mocajuba – PA, que teve que se mudar para Araguaína, os outros interlocutores entrevistados fazem movimentos pendulares diariamente para concluir sua graduação, essas pessoas têm famílias, filhos, esposos e esposas e batalham diariamente para

vir todos os dias para a universidade, em média pelas distâncias das comunidades, levam cerca de duas horas do seu lugar de origem até a chegada na UFT.

CONCLUSÕES

Mesmo que de modo imperfeito das habilidades, nas representações da transcrição falada e escrita, de imprimir as palavras e sentimentos dos estudantes quilombolas, buscamos ao máximo explicitar o que nos foi dito. Não podemos negar, que em uma pesquisa como essa é que nenhum de nós foi neutro, alguns tiveram um privilégio maior em suas falas, como também nossa escuta se mostrou mais atenta em certos assuntos.

Como observado no decorrer do trabalho, utilizamos de fragmentos de falas para compormos as trajetórias socioespaciais coletivas dos estudantes quilombolas da Universidade Federal do Tocantins – campus Araguaína. Essas trajetórias não são lineares e consequentemente suas falas também não. Selecionamos as falas que mais fossem representativas para os objetivos da pesquisa.

Perpassando as questões que norteiam a pesquisa, mesmo que eles/elas venham de comunidades quilombolas diferentes, mesmo que seus territórios estejam em diferentes estágios de regularização, mesmo que a forma de ingresso na universidade tenha sido diferente, mesmo que a permanência e as vivências baseadas nas relações com o lugar sejam diferentes. Há algo que hegemoniza a trajetória de todas/os: estas/es trazem em si o fato de serem quilombolas e consequentemente vivenciam os problemas proporcionados por uma sociedade racista.

Outro ponto que gostaríamos de ressaltar aqui é referente ao momento histórico que propusemos esta pesquisa, a aceitação de suas origens e os programas de incentivo em inserção de estudantes negros e negras nas universidades, hoje são em maior número.

Acreditamos que o passo inicial para a “revolução” da população negra quilombola no Brasil seja a construção de uma identidade positiva, pois enquanto essas pessoas continuarem nesse complexo de inferioridade – alocado pela consequência de anos de escravidão e racismo – elas continuarão nos mais baixos extratos da sociedade, em amplos sentidos. A juventude negra e quilombola atual, em especial os/as estudantes quilombolas que aqui apresentamos, são o reflexo da luta secular de negros/as no Brasil para o “reencontro com uma identidade positiva”.

Estes/as estudantes entraram na universidade, mesmo que de forma tortuosa e dolorosa, a fim de se configurarem como agentes de mudança. Isso é perceptível quando se



observa os paradigmas eurocêntricos e elitistas sendo questionados. Também, a parte “pensante” da universidade nunca esteve tão incomodada em ter que rever suas construções teóricas, pois agora se tem uma classe, que mesmo em pequeno número, estão questionando e falando por si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013. *Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências*. Brasília, DF.

BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. *Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica*. Brasília, DF.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Brasília, DF.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. *Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e trajetória de Milton Santos*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia: UFG. 2010.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal. *Trajetórias Socioespaciais de Estudantes Negras e Negros da Universidade Federal de Goiás*. Monografia. Instituto de estudos sócio-ambientais. UFG. Goiânia, 2008.

FREUDENTHAL, Aida. Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, Nº 32, 1997, p. 109-134.

GASPAR, Jacira Garcia. O papel do ensino superior em Araguaína, TO: o que dizem os estudantes e os professores. Curitiba - PR: *CRV*, 2013. 238p.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Tese de Livre Docência. Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo, 1997.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 10. ed. Rio de Janeiro: *Bertrand Brasil*, 2016. 396 p.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Niterói, v. 17, n. 09, 2007. p.19-46.

INDE. Infraestrutura Nacional de dados espaciais. Catálogo de Metadados. 2010. Disponível em: <http://www.metadados.inde.gov.br/geonetwork/srv/por/main.home> Acesso em: 15 de dez. de 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; RIBEIRO, Suzano L. Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias*. [S.l: s.n.], 2011.

MENDES, Raquel Almeida; LIMA, Fátima Maria de. O sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. *Revista Tocantinense de Geografia*, v. 5, n. 8, set. 2016. ISSN 2317-9430.



Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/2419>. Acesso em: 23 jul. 2017.

MOEHLECKE, Sabrina. *PROPOSTAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: o acesso da população negra ao ensino superior*. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MUNANGA, Kabengele. "Origem e histórico do quilombo na África". *Revista USP*, São Paulo, nº 28, 1996, p. 56-63.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. *Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição*. Editora Filhos da África. 2018.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. (Re)conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Brasil afro-brasileiro*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 307-326.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, *Companhia da Letras*, 1996.

SANTOS, Hélio. Desafios para a construção da democracia no Brasil. In: SOUZA, Jessé de. (org). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil- Estados Unidos*. Brasília: *Paralelo 15*. 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 2. ed. Rio de Janeiro: *Bertrand Brasil*, 2015.

TUAN, Yi-fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: *DIFEL*, 1983.

UFT. *Cotas na UFT: democratização do acesso ao ensino superior*. 2016. Disponível em: <http://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/15704-cotas-na-uft-democratizacao-do-acesso-ao-ensino-superior> . Acesso em: 05 ago. 2017.

UFT. Fundação Universidade Federal do Tocantins. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020*. Palmas: 2015.

VAZ, Leandro Farias. *Uma Geografia das ações afirmativas no ensino superior: as cotas étnico-raciais na UEG e UFG*. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Estudos Sócio Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

Recebido em: 25/07/2021

Aprovado em: 01/10/2021